

EP 169

**TOXOPLASMOSE OCULAR ADQUIRIDA
RECORRENTE ASSOCIADA A PLACAS DE
KYRIELEIS: UMA PROPOSTA DE TRATAMENTO
PARA PACIENTES COM ALERGIA
DOCUMENTADA À SULFONAMIDA**

Felipe Francisco Bondan Tuon^a,
Victoria Ribeiro^a, Valdir Amato^b, Allan Silva^b,
Andre Gomes^b

^a Pontifícia Universidade Católica do Paraná
(PUCPR), Curitiba, PR, Brasil

^b Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP,
Brasil

Relato de caso: A toxoplasmose ocular é caracterizada como uma coriorretinite necrosante progressiva e / ou recorrente, que evolui para várias complicações. Com menos frequência, a arterite nodular com acúmulos branco-amarelados ao redor das artérias retiniais, as placas de Kyrieleis, está associada à inflamação e indica inflamação ou infecção intraocular grave. O objetivo desse estudo foi descrever o caso de um paciente com toxoplasmose ocular, que resultou na formação de placas de Kyrieleis e posterior acompanhamento e tratamento alternativo devido a alergia documentada à sulfonamida. Uma mulher brasileira de 33 anos com diagnóstico de toxoplasmose aguda, inicialmente tratada com sulfonamida, desenvolveu uma erupção cutânea crítica. Cotrimoxazol foi trocado por clindamicina e pirimetamina e iniciada prednisona. A medicação foi mantida por 45 dias. Quatro meses depois, ela desenvolveu lesões retiniais sugestivas de toxoplasmose com placas de Kyrieleis nos vasos temporais superiores. Pirimetamina, clindamicina e prednisona foram iniciadas até a cura. Apresentou reativação meses após, sendo instituído tratamento supressor com pirimetamina por um ano. Este é o primeiro relato a usar a combinação de clindamicina com pirimetamina no tratamento e profilaxia de recorrência para OT em uma alergia documentada à sulfonamida.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2021.101905>

EP 170

**UMA DÉCADA DE SÍFILIS CONGÊNITA EM
MATERNIDADE FILANTRÓPICA DE ARACAJU-
SE**

Bruno José Santos Lima^a,
Gabriel Dantas Lopes^a,
Izailza Matos Dantas Lopes^a,
Helga Machado de Farias Santos^b,
Mariana Alma Rocha de Andrade^a,
Matheus Todt Aragão^a,
João Victor Passos dos Santos^c,
Caroline Nascimento Menezes^a,
Gabrielle Barbosa Vasconcelos de Souza^a,
Angela Santos Lima^a,
Gabriela de Queiroz Fontes^c,

Eduarda Santana dos Santos^a,
Ana Carla Cunha Menezes^a,
Mateus Lenier Rezende^a,
Elisandra de Carvalho Nascimento^a,
Leonardo Santos Melo^a,
Catharina Garcia de Oliveira^a,
Horley Soares Britto Neto^a

^a Universidade Tiradentes (UNIT), Aracaju, SE,
Brasil

^b Hospital Santa Isabel, Aracaju, SE, Brasil

^c Universidade Federal de Sergipe (UFS), São
Cristóvão, SE, Brasil

Introdução: A sífilis congênita (SC) é um problema de saúde pública significativo, complicando cerca de um milhão de gestações por ano em todo o mundo. No Brasil, em 2018, foram notificados no Sinan 26.219 casos de SC, incidência de 9,7/1.000 nascidos vivos, e 241 óbitos pela doença, sendo que Sergipe foi o nono estado com maior incidência, com uma taxa de 9,7 casos/1.000 nascidos vivos.

Metodologia: Trata-se de um estudo transversal, retrospectivo, de caráter quantitativo e analítico que foi realizado em uma Maternidade Filantrópica de Aracaju/SE, no período de 2010 a 2019. Os dados foram coletados através dos prontuários de parturientes e recém-nascidos. No estudo foram incluídos os prontuários que apresentaram dados que sugerem o diagnóstico de SC, sendo excluídos aqueles que apresentaram dados insuficientes para o diagnóstico e/ou que não pertenciam ao período do estudo.

Resultados: Foram analisados 1303 casos de SC no período de 2010 a 2019, em relação as progenitoras: média de 24,7 ± 6,2 anos, 49% habitavam na capital, sendo que 88,6% habitavam regiões urbanas, e 1,4% residiam em outro estado. A maioria eram multiparas, com uma média de 2,3 ± 1,5 filhos, e 24,2% já tiveram algum aborto. Além disso, 50,7% tinham menos de 8 anos de estudo e a média de consultas do pré-natal foi de 5,9 ± 2,8 consultas. Em relação ao tratamento, 78,8% realizaram o tratamento adequado e apenas 5,4% não trataram. Já os parceiros, 29,6% foram tratados de forma inadequada e 30,4% não receberam tratamento. Sobre os lactentes, 50,7% eram de meninos e 49,3% de meninas, média de peso de 3.162,7 ± 598,6 gramas, sendo que 81,7% nasceram com peso adequado e 11,3% com baixo peso ao nascer. Nos exames, 34% tiveram alteração em uma radiografia de ossos longos, 0,8% em uma fundoscopia e 3,9% no teste da orelhinha, porém 64,5% não realizaram ou levaram o resultado da fundoscopia e 53,9% do teste da orelhinha. No tratamento, 65,4% foram tratados com Penicilina Cristalina, 18,3% com Penicilina Procaína, 13,9% com Benzetacil e 1,4% com Ceftriaxona, apenas 1 caso não tratou.

Conclusão: A SC acomete principalmente mulheres multiparas, jovens e com baixa escolaridade, ocasionando uma maior incidência de baixo peso ao nascer e uma alta prevalência de alterações ósseas nos nascituros. Além disso, é perceptível a necessidade de conscientização da população, tendo em vista a baixa realização da triagem neonatal e a discrepância na adesão dos parceiros ao tratamento adequado.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2021.101906>